



**ATA DA QUADRAGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DA SEGUNDA SESSÃO
LEGISLATIVA DA DÉCIMA SEGUNDA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

Aos vinte e um dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e quatro, às nove horas e trinta e cinco minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Gerson Claro, secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a lista de presença e constatada a existência de número legal, foi aberta a presente Sessão Ordinária.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Muito bom dia, senhoras e senhores. Havendo número legal, declaro aberta a presente Sessão Ordinária. Justificada a ausência do deputado Renato Câmara, que está representando a Assembleia Legislativa na 27ª Edição da Showtec, no município de Maracaju, conforme CI nº 078/2024. **PEQUENO EXPEDIENTE**. Com a palavra, o segundo-secretário, para a leitura da ata da sessão anterior.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Bom dia, senhor presidente. Bom dia, senhores deputados. “*Ata da Trigésima Nona Sessão Ordinária da Segunda Sessão Legislativa da Décima Segunda Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul Estado do Pantanal. Aos dezesseis dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e quatro, às nove horas e vinte e nove minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Gerson Claro, secretariada pelos deputados Coronel David e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a presença dos deputados e constatada a existência de número legal, foi aberta a Sessão Ordinária. PEQUENO EXPEDIENTE* – Lida e aprovada a Ata de número Quarenta e Cinco da Trigésima Oitava Sessão Ordinária. Pelo senhor primeiro-secretário foram lidos os seguintes expedientes: Mensagem nº 2/2024, do Tribunal de Contas de Mato Grosso do Sul; Ofício nº 1.952/2024 do Conselho Federal de Medicina; Ofício nº 174.477/2024, do Conselho Regional de Farmácia do Mato Grosso do Sul; Ofício nº 2.746/2024, da Secretaria Municipal de Assistência Social de Campo Grande; Carta nº 433/2024, da Energisa Mato Grosso do Sul. **SEGUNDA PARTE DO PEQUENO EXPEDIENTE** – Usaram da palavra os deputados Pedro Kemp, Zeca do PT, Caravina, Coronel David, Antonio Vaz, Junior Mochi, Roberto Hashioka e Gerson Claro. Sobre a mesa, proposições apresentadas pelos deputados Neno Razuk e Pedrossian Neto. **GRANDE EXPEDIENTE** – Usaram da palavra os deputados Professor Rinaldo. **ORDEM DO DIA** – Foi aprovado, em segunda discussão e votação nominal, o Projeto de Lei nº 31/2024, de autoria do deputado Pedrossian Neto. Foram aprovadas, em primeira discussão e votação nominal, as seguintes proposições: Projetos de Lei nº 93 e 98/2024, de autoria do Poder Executivo. Foram aprovadas, em discussão única e votação simbólica, as seguintes proposições: requerimento de moção de pesar, de autoria do deputado Junior Mochi, endereçada aos familiares de José Aparecido da Silva; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Junior Mochi, endereçada ao senhor Fabrizio Machado, cidadão sul-chapadense, que em apenas três meses aprendeu a fazer queijo e fermento natural e conquistou medalha de prata no 3º Mundial do Queijo do Brasil, que aconteceu entre os dias 11 e 14 de abril de 2024, em São Paulo; requerimento de moção de congratulação, de autoria da deputada Mara Caseiro, endereçada ao comandante-geral do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Mato Grosso do Sul, coronel Frederico Reis Pouso Salas, ao capitão do Corpo de Bombeiros Rodrigo Alves Bueno, extensivo à equipe especializada em salvamento aquático, mergulho e atendimento médico do CBM/MS



para auxiliar no resgate da população afetada pelas fortes chuvas no estado do Rio Grande do Sul; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Jamilson Name, endereçada aos policiais militares Alexandre Duarte de Barros, terceiro-sargento; Diego Roberto Rossi, terceiro-sargento; Alexandre de Lima Rodrigues, cabo; e Leonardo Queiroz Alves, do Batalhão de Choque da PM/MS, que recuperaram uma camionete furtada, horas depois do registro da ocorrência, no dia 13/05/2024, nesta Capital; requerimento de moção de congratulação de autoria do deputado Pedrossian Neto, endereçada ao Centro de Tradições Gaúchas Tropeiros da Querência, que até o presente momento já arrecadou e entregou mais de 870 toneladas de alimentos, água, medicamentos e roupas para os desabrigados das enchentes no Rio Grande do Sul; requerimento, de autoria do deputado Junior Mochi, solicitando a reserva do Saguão de Exposições Nelly Martins, na Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul, para a realização da Missa do Divino Espírito Santo, no dia 3 de junho do corrente, às 8h30min; requerimento, de autoria do deputado Caravina, solicitando a reserva do Plenarinho Deputado Nelito Câmara, na data de 05/06/24, das 14:00 às 17:00, para a realização do lançamento da Frente Parlamentar Municipalista, instituída pelo Ato da Mesa Diretora nº 061/2024; requerimento de informações, de autoria dos deputados Caravina, Zé Teixeira e Zeca do PT. Indicações, de autoria dos deputados Zeca do PT, Lia Nogueira, Junior Mochi, Zé Teixeira, Mara Caseiro e Antonio Vaz. O senhor presidente suspendeu a sessão para a entrega do Título de Cidadão Sul-Mato-Grossense a Sua Excelência o Senhor Juiz de Direito Frederico Mendes Júnior, presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros. **EXPLICAÇÕES PESSOAIS** – Não houve oradores inscritos. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a presente Sessão e, para constar, mandou lavrar a presente ata que, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada. Plenário Deputado Júlio Maia, dezesseis de maio do ano de dois mil e vinte e quatro.” Foi lida a ata, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Em discussão a ata que acaba de ser lida. Não havendo quem queira impugná-la, dou-a por aprovada. Com a palavra, o primeiro-secretário, para a leitura do expediente.

PRIMEIRO-SECRETÁRIO (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Bom dia, senhor presidente. Bom dia, senhoras e senhores deputados. Expediente da Sessão Ordinária de 21 de maio de 2024: Ofício nº 0185309/33/002188/2024, da Defensoria Pública de Mato Grosso do Sul, encaminhando projeto de lei que “dispõe sobre a revisão anual da remuneração das servidoras e dos servidores do Quadro de Pessoal de Apoio Técnico-Administrativo da Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso do Sul - DPE/MS”; Ofício nº 3041/2024, do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, respondendo à indicação do deputado Roberto Hashioka (Prot. nº 486/2024); Ofícios nºs 93.304 e 93.329/2024, do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes, respondendo às indicações dos deputados Pedro Kemp e Lidio Lopes (Prot. nºs 872, 232, 267/2024); Ofícios nºs 198, 215, 216 e 226/2024, da Caixa Econômica Federal, encaminhando Crédito de Recursos Financeiros – Orçamento Geral da União (Prot. nºs 1617, 1619, 1618, 1624/2024); Ofícios nºs 5.998, 6.044 e 6.049/2024, da Secretaria de Governo e Gestão Estratégica de Mato Grosso do Sul, respondendo às indicações dos deputados Lidio Lopes, Coronel David e Renato Câmara (Prot. nºs 5998, 1090, 1043/2024); Ofício nº 97/2024, da Câmara Municipal de Porto Murtinho, encaminhando manifestação de apoio (Prot. nº 1612/2024); Ofício nº 832/2024, da Agência Municipal de Transporte e Trânsito de Campo Grande, respondendo à indicação do deputado



Professor Rinaldo (Prot. nºs 6832, 6834/2023); Ofícios nºs 1.481, 1.485, 1.489, 1.493 e 1.544/2024, da Secretaria de Municipal de Meio Ambiente e Gestão Urbana de Campo Grande, respondendo às indicações dos deputados Caravina, Marcio Fernandes, Professor Rinaldo, Lucas de Lima e João César Mattogrosso (Prot. nºs 1070/2024, 520/2024, 6284/2023, 6357/2023, 952/2024, 6268/2023); Cartas nºs 458 e 459/2024, da Energisa Mato Grosso do Sul, respondendo às indicações dos deputados Jamilson Name e Renato Câmara (Prot. nºs 453/2024, 448/2024). Senhor presidente, está lido o expediente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Passemos à **Segunda Parte** do Pequeno Expediente. Com a palavra, o nobre deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Senhor presidente, senhores deputados. Eu quero apresentar um projeto que denomina de 'Escola Estadual Professora Maria Augusta Costa Ramos da Silva' a escola localizada no bairro Estoril, no município de Ribas do Rio Pardo. Artigo 1º - Fica denominada de 'Escola Estadual Professora Maria Augusta Costa Ramos da Silva' a escola estadual localizada no bairro Estoril, no município de Ribas do Rio Pardo. Justificativa: a proposta de homenagear a professora Maria Augusta Costa Ramos da Silva nos foi encaminhada, a pedido de moradores do município de Ribas do Rio Pardo, pelo prefeito municipal, senhor João Alfredo Daniezi. A professora Maria Augusta, que faleceu no dia 9 de setembro de 2020, ocupava o cargo de professora efetiva da Rede Estadual de Ensino e da Rede Municipal de Ensino. Dedicou sua vida ao ensino, tendo participado ativamente da estruturação do sistema municipal de ensino de Ribas do Rio Pardo, compondo o primeiro Conselho Municipal de Educação. A vida da professora Maria Ramos foi de grande envolvimento com a comunidade, estabelecendo laços estreitos com alunos e outros professores, além de ser dedicada a outras questões de instâncias da participação social, como por exemplo, tendo sido membro do Conselho Tutelar de Ribas do Rio Pardo, onde cumpriu mandato com afinco e dedicação. Diante da trajetória da professora, a comunidade reivindica a possibilidade de prestar essa homenagem denominando a nova escola estadual, localizada no bairro Estoril, de 'Escola Estadual Professora Maria Augusta Costa Ramos da Silva'. Era o que tinha, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Ainda no Pequeno Expediente, peço eu a palavra e com a licença dos colegas, falo aqui da mesa mesmo. Indicação. Requeiro à Mesa, ouvido o colendo Plenário, com fulcro no artigo 173, XVI, do Regimento Interno desta Casa de Leis, que seja encaminhada moção de apoio, por iniciativa do presidente deputado Gerson Claro, ao Projeto de Lei nº 780/2023, em trâmite na Câmara Federal, de autoria do deputado federal Geraldo Resende, que denomina "Ponte Heitor Miranda dos Santos" o trecho brasileiro da ponte sobre o rio Paraguai, entre Porto Murtinho e Carmelo Peralta, na divisa da República Federativa do Brasil com a República do Paraguai. Estamos apresentando essa moção, porque é de praxe na Câmara Federal, quando há apresentação de semelhante denominação, que as respectivas Assembleia Legislativa e Câmara Municipal (onde se situa a edificação objeto dela) o façam.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Pela ordem, o deputado Paulo Corrêa.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Senhor presidente, primeiramente queria dizer que a homenagem é superválida, a qual, tenho certeza, o ilustre deputado e ex-governador Zeca do PT, com toda a ética que lhe é peculiar, não apresentaria. Como é Vossa Excelência que está apresentando, eu gostaria de sugerir, se possível, que o apoio a esse projeto de lei, pelo que representa a história do Heitor Miranda para o nosso estado, fosse dado pela Casa. Até porque, quando se começou a falar em Rota Bioceânica, coisa de 35 anos atrás, ninguém acreditava que fosse acontecer. E o grande baluarte, o grande defensor, o grande lutador disso, quando se falava que a ideia só podia ocorrer a loucos, foi justamente o Heitor Miranda. Uma coisa que ele falava muito era que "sonham os loucos", não é isso?... E a gente sempre o teve como guia nesse assunto. Então, eu gostaria de pelo menos assinar, agora, se for pela Casa, eu acho que seria mais representativo, senhor presidente. Esta a minha sugestão. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Acolho a sugestão do deputado Paulo Corrêa. Segue aqui no documento uma justificativa, todo um histórico desde o decreto do acordo entre Brasil e Paraguai, em 2018. E eu sou testemunha dessa luta do Heitor Miranda. Quando era diretor da Assomasul, coisa de algumas décadas atrás, ele já acalentava esse sonho, já trabalhava para um dia fazer dele realidade — durante o governo Zeca eu testemunhei várias reuniões, vários esforços nesse sentido. Então, esta moção será apresentada em nome da Casa, em nome da Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul, para ser aprovada na sessão de amanhã, na Ordem do Dia. Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra, o deputado Paulo Duarte.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Bom dia, senhor presidente, senhores deputados, deputadas. Primeiro quero apresentar um requerimento. Requeiro à Mesa, na forma do inciso XX do artigo 173 do Regimento Interno, ouvido o soberano Plenário, que seja expedido ofício deste Poder à 43ª Promotoria de Justiça de Campo Grande, ao senhor Promotor de Justiça Luiz Eduardo Lemos de Almeida, solicitando que sejam enviadas a esta Casa de Leis informações detalhadas sobre o possível descumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) por parte da Empresa Metro Park Administração Ltda, oriundo do Inquérito Civil nº 06.2022.00000491-2. O TAC tem por objetivo resguardar, preservar e proteger as relações de consumo entre a Metro Park Administração Ltda e os consumidores que pagaram tarifa pública de forma antecipada por serviço de estacionamento rotativo, não prestado. De acordo com informações que nos chegaram, a empresa teria informado que em 2022 havia um saldo de R\$ 3.510.771,97 em suas contas e que foram devolvidos, aos usuários que não utilizaram o serviço de estacionamento rotativo, apenas 234 mil reais. Diante dessa informação, solicitamos esclarecimentos a esta Promotoria. Indicação. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul,

desembargador Paschoal Carmello Leandro, solicitando que sejam realizados estudos, análises, tratativas e os encaminhamentos necessários e cabíveis visando à implantação de sessões eleitorais nas seguintes localidades do Pantanal de Corumbá: Escola Municipal Sebastião Rolon (Colônia Bracinho), Escola Municipal Nazaré (região do Cedro) e, por fim, na fazenda Saipan (propriedade de Francisco Alves Maia Neto), todas localizadas em áreas remotas e específicas do Pantanal sul-mato-grossense, na região de Corumbá. Obrigado, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado João Henrique, no Pequeno Expediente... Com a palavra, o deputado Caravina.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Bom dia, senhor presidente, colegas parlamentares, assistentes, público presente, quem nos assiste pela Rádio e TV ALEMS e quem nos acompanha pelas redes sociais. Cumprimento meus colegas delegados de polícia presentes no Plenário, em nome do André Matsushita, presidente da Associação dos Delegados de Polícia de Mato Grosso do Sul. É um prazer recebê-los aqui... Senhor presidente, eu trago hoje, inicialmente, uma moção de congratulação. Requeiro à Mesa, ouvido o colendo Plenário, nos termos do artigo 173, inciso XVI, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa, que seja encaminhada moção de congratulação ao Grupo de Resgate Técnico Animal do Pantanal de Mato Grosso do Sul (Gretap/MS), que, em ação conjunta com a Superintendência de Políticas Integradas de Proteção da Vida Animal (Suprova), a Secretaria de Estado de Turismo, Esporte e Cultura (Setesc), a Universidade Católica Dom Bosco (UCDB) e as empresas Dog In Box e Maranatha Pet Shop, realiza força-tarefa de buscas e resgate de animais nas cidades do Rio Grande do Sul atingidas pelas enchentes, levando água, alimentos, ração para cães e gatos e milhares de doses de vacina antirrábica para os animais prejudicados pela catástrofe natural. Se aprovada, a presente moção deverá ser assim redigida: "A Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul, por proposição do deputado Caravina, congratula-se com o Grupo de Resgate Técnico Animal do Pantanal de Mato Grosso do Sul (Gretap/MS), que, em ação conjunta com a Superintendência de Políticas Integradas de Proteção da Vida Animal (Suprova), a Secretaria de Estado de Turismo, Esporte e Cultura (Setesc), a Universidade Católica Dom Bosco (UCDB) e as empresas Dog In Box e Maranatha Pet Shop, realiza força-tarefa de buscas e resgate de animais nas cidades do Rio Grande do Sul atingidas pelas enchentes, levando água, alimentos, ração para cães e gatos e milhares de doses de vacina antirrábica para os animais prejudicados pela catástrofe natural. O Gretap desenvolve importante trabalho de ação de resgate e atendimento aos animais silvestres vítimas de desastres ambientais no nosso estado, reunindo profissionais médicos veterinários, biólogos e demais voluntários preocupados com a conservação da biodiversidade. Temos acompanhado com tristeza o maior desastre climático da história do Rio Grande do Sul, cujo número de desalojadas já passa de 540 mil pessoas. Além dos resgates de pessoas, há um intenso esforço visando ao acolhimento e à ajuda aos animais, que depois de atendidos seguirão para abrigos seguros durante a ausência de seus tutores. O grupo de resgate sul-mato-grossense conta com dezenas de voluntários que viajaram até o Rio Grande



do Sul para ajudar no resgate de animais e também de moradores, com previsão de retorno ao estado para o dia 25/05/24. Portanto, é com imensa gratidão e admiração que se presta essa importante homenagem ao Gretap/MS, que deverá ser individualmente endereçada a todos os voluntários: segundo-sargento Edson Macedo da Silva; cabo Claudio dos Santos; segundo-sargento Samuel Barbosa de Lima; terceiro-sargento Silvana Gomes de Rezende Lacerda; terceiro-sargento Diogo Henrique Rodrigues Preza; segundo-sargento Nelson Silveira Papi; Paula Helena Santa Rita; Josiel de Oliveira Coelho; Gizelly Gonçalves Del Corona; Jean Adrian Perez Medina; Carlos Eduardo Leite Rodrigues dos Santos; Marina Aquiste Bomfim; Sérgio Eduardo Barreto de Aguiar; Marina Gonçalves Lima; Samuel Lima Pereira Figueira; Wellington Pereira Alves; Israel da Conceição Santos e Emília Aparecida Diniz Almeida." Então peço o voto dos colegas nessa moção de congratulação, em reconhecimento a esse trabalho importante, deputado Marcio, o senhor que é da causa animal, veterinário. Sabemos, lógico, de todo esse trabalho que está sendo feito de resgate das pessoas (é muito triste saber que vidas humanas estão sendo perdidas), mas é preciso também salvar esses animais, e nesse sentido é importante o trabalho que de forma voluntária essa equipe está fazendo lá no Rio Grande do Sul. Peço a aprovação da moção de congratulação. Trago também, senhor presidente, um pedido de informações. Requeiro à Mesa, em conformidade com o artigo 160, inciso V e artigo 174 do Regimento Interno, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao Secretário de Estado de Infraestrutura e Logística, Senhor Hélio Peluffo Filho, solicitando as seguintes informações referentes à pavimentação da MS-010: qual o prazo para conclusão das obras de pavimentação asfáltica na MS-010, no trecho que liga o distrito de Rochedinho à comunidade quilombola Furnas do Dionísio; e qual prazo para que sejam efetivamente instaladas placas de sinalização e pintadas as faixas na referida rodovia, no mesmo trecho mencionado. Estive participando de uma solenidade, num evento de entrega de equipamentos mobiliários, relativa à reforma da Escola Zumbi dos Palmares, lá em Furnas do Dionísio. Essa obra da MS-010 começou quando eu era ainda secretário adjunto de Infraestrutura, no final de 2021, comecinho de 2022... Pois essa obra não foi concluída até hoje; ainda restam quase dois quilômetros a pavimentar, e o principal: não há sinalização, deputado Zeca, nenhuma no trecho. Então é muito perigoso aquele trecho, sem sinalização. Estamos encaminhando esse requerimento para obter essas informações do senhor Hélio Peluffo e as repassar para a comunidade ali de Furnas do Dionísio, ao pessoal que trabalha na escola, que me perguntaram quando será concluída essa agenda naquela localidade. Por hoje é só, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, no Pequeno Expediente, o nobre deputado Zeca do PT... Com a palavra, a deputada Mara Caseiro.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Bom dia, senhor presidente. Bom dia, nobres pares, deputada Lia, deputada Gleice, todos os presentes; cumprimento também aos delegados que se fazem presentes, em nome do doutor André, da doutora Elaine, da nossa querida doutora Roseli Molina; meus cumprimentos



às mulheres. Tenho duas indicações, senhor presidente, para fazer no dia de hoje. Indico à Mesa, em consonância com as disposições regimentais do artigo 160, VI, e do artigo 176, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente ao senhor governador Eduardo Correa Riedel, com cópia ao secretário de estado de Infraestrutura e Logística, Hélio Peluffo, solicitando a pavimentação asfáltica da vila Ipacará e do loteamento Maria Izabel Ferreira Lima, no município de Camapuã. A presente indicação atende a uma solicitação formulada pelo vereador Professor Jean, do município de Camapuã. Indico à Mesa, nos termos regimentais e ouvido o colendo Plenário, que seja enviado expediente deste Poder ao governador Eduardo Riedel, com cópia ao secretário Hélio Peluffo e também ao superintendente regional do Dnit/MS, solicitando que seja elaborado projeto para a implantação de área de escape em pontos considerados críticos na BR-060, na denominada Serra de Maracaju. O pedido encontra amparo em solicitação que nos foi feita pelos vereadores Silas Nunes Ferreira, Pablo Ruan Pache Corrêa, Cândida Thereza de André Ferreira, Reinaldo Garcia Andréa, Leuzimar Mendes de Araújo e Paulo Roberto Meira Simão. É o que eu tinha, senhor presidente. Obrigada.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Antonio Vaz.

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Bom dia, senhor presidente, colegas parlamentares. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais e após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Marcelo Vinhaes Monteiro, diretor-presidente da Energisa, solicitando que seja estabelecido um posto de atendimento presencial ou uma parceria privada na implantação de terminais para atendimento, no município de Antônio João. A proposta em questão visa a atender a uma solicitação encaminhada diretamente a este gabinete parlamentar pelos vereadores Gilberto Fernandes, Matheus de Albuquerque, Ramão Waldir e pela vereadora Neiva Janeth. Atualmente a falta de um ponto de contato local tem sido fonte de inconveniência e dificuldade para os residentes locais que tentam lidar com questões relacionadas ao fornecimento de energia elétrica. A presença de um posto de atendimento local seria extremamente benéfica em situações de emergência ou de interrupções no fornecimento de energia, permitindo uma resposta mais rápida e eficaz às necessidades dos moradores. Indicação. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais e após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder à senhora prefeita de Campo Grande, Adriane Lopes, com cópia autônoma ao presidente da Agetran, senhor Paulo da Silva, solicitando que seja feita a manutenção das sinalizações no cruzamento da rua Mogi das Cruzes com a rua Rocha Pombo, na Vila Anahy, nesta Capital. A proposta em questão visa a atender a uma solicitação encaminhada diretamente a este gabinete parlamentar pelo senhor Jailson Rodrigues. Tem sido observado a falta de sinalização adequada para o controle de tráfego, o que tem gerado preocupações quanto à segurança de pedestres e condutores. Indicação. Indico à Mesa, observadas às disposições regimentais e após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao secretário de estado de Governo e Gestão Estratégica, senhor Rodrigo Perez, e ao secretário municipal de Governo de Dourados, senhor Welligton Henrique, solicitando a aquisição de bens móveis e



equipamentos para a Unidade de Saúde Seleta do Jardim Flórida 1, no município de Dourados. A proposta em questão visa a atender a uma solicitação encaminhada diretamente a este gabinete parlamentar pelo senhor Weverton Matias. Gostaríamos de chamar a atenção para algumas questões urgentes relacionadas às condições do posto de saúde local. É com preocupação que foi observada a deterioração das instalações e a falta de equipamentos adequados para atender às necessidades crescentes da comunidade. As cadeiras nas áreas de espera estão em estado avançado de deterioração, o que não apenas compromete o conforto dos pacientes mas também pode representar risco à segurança. Além disso, as televisões utilizadas para transmitir informações importantes aos pacientes estão apresentando problemas frequentes, afetando uma comunicação eficaz. Devido à incompatibilidade da rede elétrica atual, os sistemas de ar-condicionado existentes não estão funcionando de maneira eficaz. Como resultado, pacientes e funcionários enfrentam desconforto significativo, especialmente durante os meses mais quentes. É só, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Zeca do PT.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Bom dia, senhor presidente, senhores deputados, membros da Mesa, servidores desta Casa, senhoras e senhores que nos prestigiam com a sua presença, quem nos ouve pela Rádio e TV Assembleia. Desejo a todos uma semana de paz, de saúde e de luz. Senhor presidente, quero apresentar hoje quatro indicações e um requerimento. Indicação. Indico à Mesa, na forma regimental e após ouvido o Plenário, que seja enviado expediente deste Poder ao governador Eduardo Riedel, com cópias ao diretor-presidente da Agraer, senhor Washington Willeman de Souza, ao secretário executivo de Agricultura Familiar, Povos Originários e Comunidades Tradicionais, senhor Humberto Melo Pereira, bem como ao coordenador Regional da Funai/Campo Grande responsável por Porto Murtinho, senhor Elvis Terena, solicitando com urgência a viabilização de recursos para a aquisição de um veículo utilitário e das ferramentas necessárias à realização do trabalho da Associação das Mulheres Indígenas Terena e Kadiwéu (AMITK), localizada na aldeia São João, no município de Porto Murtinho. Na segunda indicação, pede-se aos mesmos destinatários a viabilização de uma patrulha mecanizada com implementos agrícolas, para atender às necessidades dos agricultores familiares da Aldeia Campina, localizada no município de Porto Murtinho. Na terceira, solicita-se a viabilização de recursos para a construção de um galpão que servirá para abrigar a patrulha mecanizada que atende os agricultores familiares da aldeia São João, localizada no município de Porto Murtinho. E a quarta, pede-se a viabilização de recursos para a construção de cobertura para a central de comercialização de produtos da agricultura familiar, localizada no distrito Nova Casa Verde, no município de Nova Andradina. Por último, senhor presidente, registro um requerimento que faço verbalmente. Solicito ao Ministério Público estadual urgente investigação da denúncia sobre a utilização de veneno nos valentões da macrodrenagem a céu aberto, na cidade de Porto Murtinho, autorizada pela administração municipal. Vale ressaltar que a água recolhida pela macrodrenagem

daquela cidade é canalizada diretamente para o rio Paraguai, tudo conforme vídeos que recebi de cidadãos daquela cidade... Pela ordem, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Pela ordem, o deputado Zeca.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Senhor presidente, quero fazer um registro aqui de uma coisa que me sensibilizou muito. No final da semana passada visitei a Funai de Dourados (já tinha visitado a de Campo Grande e a de Ponta Porã). As três coordenações regionais vivem, senhor presidente, senhores deputados, precariamente. Para Vossas Excelências terem uma ideia, a Funai de Dourados, que atende vinte e poucos municípios, deputado Pedro Kemp, tem um recurso de custeio anual de 120 mil — para comprar semente, para comprar adubo, para comprar óleo diesel e para comprar implementos. Eu me comprometi a fazer o que fazia quando deputado federal... Botávamos um milhão, deputado Vander e eu, na Funai de Dourados, na Funai de Campo Grande e na de Ponta Porã. Comprometi-me a conversar com os deputados federais, a viabilizar com eles emendas, porque nós não temos esse valor, para ajudar as coordenações regionais a atender à demanda dos povos indígenas. Senhor presidente, ontem visitei o deputado federal Dagoberto Nogueira e o deputado Geraldo Resende. E eu não tinha dúvida nenhuma da sensibilidade desses dois grandes homens públicos, que fazem os seus mandatos comprometidos com este estado. Tive a garantia dos dois, por isso faço o registro, e finalizo, de uma emenda (a partir deste ano) de 500 mil reais — 500 do deputado Dagoberto, 500 do deputado Geraldo Resende. Ou seja, há a garantia de um milhão de reais para Dourados, somando-se os dois, isso para uma coordenação que tinha 120 mil de recursos. Para finalizar, registro que amanhã chega aqui a presidenta da Funai; permanece aqui durante o dia e quinta-feira vai ser recebida pelo governador em exercício, o vice-governador Barbosinha (me parece que com Vossa Excelência, também convidado), com o superintendente da Polícia Federal e com o secretário de Segurança Pública; e estou estendendo o convite a todos os deputados, em particular ao deputado Pedro Kemp e à deputada Gleice Jane. É isso, senhor presidente. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Registrado, deputado. Com a palavra, a deputada Gleice Jane.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Bom dia, presidente, nobres colegas, público presente, quem nos assiste. Presidente, eu vim aqui hoje apresentar uma indicação, que estamos fazendo pela bancada do PT (eu, deputado Zeca, deputado Pedro Kemp também). É uma indicação ao presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, ao ministro da Educação, Camilo Santana, e também à bancada federal do Partido dos Trabalhadores de Mato Grosso do Sul (deputada Camila Jara e deputado Vander Loubet), solicitando que enviem esforços para agilizar o processo de negociação em que se encontram docentes e técnicos administrativos das universidades federais e dos institutos federais, garantindo-lhes o atendimento de suas demandas. Tais reivindicações fazem parte de um processo de valorização dos profissionais da educação, e conseqüentemente de fortalecimento da educação pública, laica,

democrática, estatal e socialmente referenciada. Estamos fazendo essa indicação ao presidente e também ao ministro da Educação e aos deputados federais nossos, porque estamos acompanhando de perto essa mobilização da educação. Deputado Zeca e eu estivemos na semana passada na Universidade Federal da Grande Dourados, ouvindo o corpo técnico, docentes, reitoria, sindicato de servidores dos institutos federais, ouvindo suas demandas. A valorização de técnicos e docentes das universidades e dos institutos significa garantir a valorização de profissionais da educação, e conseqüentemente da educação como um todo. Nesse sentido, estamos apresentando essa indicação, apoiando um movimento muito legítimo, importante para o país. Esses trabalhadores, sobretudo os técnicos, também atuam nos hospitais universitários: então a gente precisa garantir o atendimento das demandas de uma categoria que é fundamental para a educação superior, para a educação básica, para a saúde, para o ensino e para a pesquisa no país. A gente conta com o apoio dos colegas. Obrigada.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Pela ordem, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Pela ordem, com a palavra, o deputado Zeca.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Senhor presidente, eu pediria a Vossa Excelência que transforme essa ideia sensível da deputada Gleice Jane — ouvido evidentemente o Plenário — numa indicação da Casa, o que dará muito mais peso nessa solicitação de empenho da bancada federal na intermediação e na agilização das negociações em torno da greve dos professores das universidades federais e dos institutos. Acho importante um posicionamento mais firme deste Poder, desta Casa, o que seria muito positivo para facilitar esse processo. Obrigado, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o nobre deputado Roberto Hashioka.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Bom dia, senhor presidente, Mesa Diretora, colegas deputados, quem nos acompanha pela Rádio e TV Assembleia, senhoras e senhores. Tenho aqui uma moção de congratulação. Requeiro à Mesa Diretora, na forma regimental e ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de congratulação a Ítalo Marques Buarque Gusmão e a Luiz Torchetti Neto. Os congratulandos foram empossados no Conselho Estadual da Juventude de Mato Grosso do Sul (Conjuv/MS), para o ano de 2024. Após aprovada, a moção será redigida nos seguintes termos: "A Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul, legítima representante do povo sul-mato-grossense, por iniciativa do deputado Estadual Roberto Hashioka, congratula-se com Ítalo Marques Buarque Gusmão por sua posse no cargo de conselheiro-titular e secretário-geral, e com Luiz Torchetti Neto empossado no cargo de conselheiro suplente do Conselho Estadual da Juventude de Mato Grosso do Sul (Conjuv/MS), para o ano de 2024, extensivo a todos os integrantes do respectivo conselho, fazendo votos de uma gestão profícua em defesa dos interesses da juventude sul-mato-grossense." Era isso, senhor presidente.



PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Junior Mochi.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Senhor presidente, senhores colegas deputados, população que nos assiste virtualmente e nos prestigia com sua presença, senhoras e senhores. Primeiro, uma saudação especial à Adepol, Associação dos Delegados de Polícia de Mato Grosso do Sul, na figura do meu amigo doutor André Matsushita. Podem contar com o nosso apoio; já o tiveram na CCJR em primeira votação, no projeto que trata do auxílio-saúde aos delegados de polícia, e obviamente terão também o apoio desta Casa na segunda votação, que está calendarizada para a próxima quinta-feira. Quero também, senhor presidente, fazer um requerimento. Requeiro à Mesa Diretora, após ouvido colendo Plenário e com fundamento no inciso III do artigo 173 do Regimento Interno desta Casa de Leis, que seja concedida autorização para o uso da tribuna durante a sessão plenária do dia 26 de junho de 2024, quarta-feira, pela Magnífica Reitora do Instituto Técnico Federal de Mato Grosso do Sul (IFMS), professora Elaine Monteiro Cassiano. A reitora abordará temas pertinentes a iniciativas, estratégias de atuação e à infraestrutura do Instituto, destacando como esses elementos contribuem para a educação e para o desenvolvimento técnico na região. Será uma oportunidade excepcional para que os membros desta Casa Legislativa compreendam melhor o impacto significativo do IFMS, tanto em termos educacionais quanto socioeconômicos. Adicionalmente, solicito à Mesa que o cerimonial desta Casa possa organizar e acompanhar num *tour* os visitantes, aproximadamente 30 gestores dos campus e polos de educação a distância, pelas instalações do Parlamento, incluindo gabinetes parlamentares. Este passeio visa a promover uma maior integração e diálogo entre os representantes do IFMS e os membros desta Casa Legislativa. É só, senhor presidente.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Pela ordem, deputado Paulo Corrêa.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Eu gostaria de fazer também minhas as palavras do ilustre ex-presidente e deputado Junior Mochi, com relação aos delegados da Polícia Civil (aliás, uma votação muito bem articulada aqui pelo senhor, presidente). Agradeço a presença do André Matsushita, meu amigo, e mando um especial abraço para os delegados e delegadas do estado de Mato Grosso do Sul. Podem contar conosco, com o nosso voto, com o nosso apoio à categoria. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, a deputada Lia Nogueira.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Muito bom dia, presidente, integrantes da Mesa Diretora, colegas parlamentares, público que nos acompanha nesta Casa de Leis, quem nos assiste pela Rádio e TV Assembleia, em especial os delegados que vieram aqui. A estes quero dizer também que estamos juntos nesse projeto na luta da categoria. Eu quero aqui hoje, presidente, reforçar a moção apresentada pelo meu



colega de bancada do PSDB deputado Pedro Caravina. Estou falando da moção de congratulação a essa equipe de voluntários aqui de Mato Grosso do Sul — boa parte deles ligados ao governo do estado, por meio das forças de segurança, além de outros profissionais, como médicos veterinários, etc. — que foram agora dia 15 para o Rio Grande do Sul, que estão ajudando nessa força-tarefa. Já conversei com o Caravina para que eu possa também assinar o documento... De repente outros colegas também queiram assinar, que creio bastante pertinente, deputada Mara Caseiro, até pelo tamanho da tragédia vivenciada pelo povo gaúcho. Mato Grosso do Sul, assim como outros estados da Federação, em momento algum se furtou a ir pra lá e dar esse apoio, demonstrar esse gesto de solidariedade. Quero aqui hoje, presidente, fazer uma indicação também. A indicação é direcionada à senhora Sonia Bone de Sousa Silva Santos (Sonia Guajajara), ministra dos Povos Indígenas, ao senhor Marcelo Queiroga, ministro da Saúde, ao senhor Ricardo Nascimento Costa, secretário especial de Saúde Indígena (Sesai), e ao senhor Arildo Alves Alcântara, coordenador do Distrito Sanitário Especial Indígena de Mato Grosso do Sul, solicitando providências imediatas para o restabelecimento e normalização do abastecimento de água potável na aldeia Pirakua (Kaiowá), no município de Bela Vista, na região de fronteira. Nós fomos procurados semana passada, em nosso escritório lá em Dourados, e os relatos dos indígenas são chocantes, de muitas famílias que estão consumindo água contaminada. Nós sabemos que esta não é, infelizmente, deputado Zeca do PT, uma realidade só dessa comunidade indígena, mas também de outras aldeias de Dourados. Semana passada tivemos aí um anúncio do deputado federal Vander Loubet, de um auxílio de 60 milhões de reais, numa parceria entre governo federal, governo do estado e Sanesul, no sentido de restabelecer o fornecimento de água tratada, de água potável às aldeias de Mato Grosso do Sul. É inconcebível que em pleno século XXI ainda tenhamos de vir aqui neste Parlamento denunciar que indígenas estão tomando água contaminada! Este, deputado João Henrique Catan, é um direito essencial para a sobrevivência. Esta semana haverá ainda uma audiência pública nas comunidades indígenas lá de Bela Vista, e nós vamos participar também, para trazer mais subsídios. Gostaria também, presidente, de apresentar uma moção de repúdio — se tiver tempo, vou falar mais no Grande Expediente — sobre algo inadmissível que ocorreu lá em Dourados. O estado de Mato Grosso do Sul não pode dar força ao discurso de ódio, ao discurso de homofobia. Estou apresentando uma moção de repúdio, como deputada, como presidente do PSDB Mulher de Mato Grosso do Sul, como representante também da bancada tucana neste Parlamento. É um repúdio à fala do vereador Sérgio Nogueira do partido Progressista. Semana passada, ele que é líder do prefeito na Câmara de Vereadores, atacou o governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite, que é do nosso partido, dizendo que o governador não está preocupado com as famílias que estão sofrendo, que tiveram perdas, que perderam entes queridos, que estão enfrentando essa tragédia imensurável. Esse vereador utiliza a dor dessas famílias para questionar a orientação sexual do governador do Rio Grande do Sul, dizendo que ele estava mais preocupado com o seu "primeiro-damo" que com a tragédia. É um discurso inaceitável! É crime de homofobia! A Câmara de Vereadores de Dourados ontem já recebeu uma notificação de um vereador do PSDB, o Diogo Castilho, solicitando que a comissão de ética

investigue e apure o caso. E nós também vamos nos mobilizar, se houver tempo, no Grande Expediente vamos falar mais sobre isso... Assim como já apresentamos aqui, meu presidente, aquelas moções em relação à violência contra as mulheres, contra vereadoras em nosso estado, eu creio também que precisamos entrar nesse debate: não podemos admitir esse absurdo num estado cujo governo olha para todo mundo, independente de cor, raça, etnia, etc. Obrigada, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Registrarmos e agradecemos a presença: da senhora Roseli Molina, delegada de polícia, da Corregedoria do Detran; senhora Franciele Candotti, delegada da Polícia Civil; da senhora Célia Maria Bezerra, delegada de polícia da Corregedoria das Uneis [Unidades Educacionais de Internação]; senhor André Matsushita, presidente da Associação dos Delegados de Polícia de Mato Grosso do Sul; senhor Camilo, delegado de Polícia Civil. Agradecemos a presença dos delegados, acompanhando o processo de votação. O último inscrito no Pequeno Expediente é o deputado Lucas de Lima.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Bom dia, senhor presidente, nobres deputados. Eu trago aqui um projeto de lei que institui a Carteira Estadual de Saúde da Mulher no âmbito do estado do Mato Grosso do Sul. "Artigo 1º - Fica instituída a Carteira Estadual de Saúde da Mulher, a ser criada no estado do Mato Grosso do Sul, com o objetivo de auxiliar no desenvolvimento de ações de prevenção e de controle de doenças que afetam as mulheres. Artigo 2º - A Carteira Estadual de Saúde da Mulher deverá conter o histórico de saúde das pacientes mulheres, com as seguintes informações: I - atendimentos realizados; II - datas das consultas e dos exames realizados; III - tipo sanguíneo da paciente; IV - identificação da unidade de saúde e do profissional responsável pelo atendimento; V - informações relativas às doenças graves que a mulher possua. Artigo 3º - A Carteira Estadual de Saúde da Mulher deverá ser disponibilizada nas unidades de atenção básica de saúde da rede pública, com o intuito de promover, junto às mulheres usuárias do SUS e aos profissionais dos serviços de saúde, um melhor controle de doenças características da população feminina. Parágrafo único: campanhas educativas deverão divulgar a Carteira Estadual. Esta proposta legislativa tem o intuito de: facilitar o desenvolvimento de ações de prevenção e de controle de doenças que afetam as mulheres; permitindo que as pacientes tenham em mãos informações claras sobre o seu histórico de saúde; garantir às mulheres maior autoconfiança; incentivá-las a realizar seus exames periódicos e a exigir acesso aos mesmos; e auxiliar no controle e emissão de diagnósticos mais precisos, entre outras vantagens (...)" Também tenho aqui várias indicações à prefeita de Campo Grande e a algumas secretarias, como por exemplo: aquela em que se solicita a substituição das lâmpadas queimadas da rua Jorge Urbantes, em frente ao nº 75, no bairro Guanandi; outra em que se pede a Operação Tapa-Buraco para a avenida Três Barras, bem na curva que dá na avenida José Nogueira Vieira, no bairro Tiradentes; pede-se também a limpeza e a remoção de lixo da praça pública localizada na rua Ivete Vargas com a rua Pedro Correia da Silva, no bairro Aero Rancho; solicita-se também estudos de viabilidade para a implantação de uma boca-de-lobo na avenida 9, próximo ao nº 840, no bairro Nova Campo Grande; ainda outra, onde se pede a recuperação do asfalto na



avenida Gury Marques, no bairro Universitário; e uma última, onde se pede a pintura do quebra-molas localizado na avenida Guaicurus, próximo ao nº 2.300, no bairro Santo Eugênio. Somente isso, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrado o Pequeno Expediente. Protocolos referentes às proposições apresentadas (*De autoria do deputado Antonio Vaz: quatro indicações (Prot. nºs 01635/2024, 01634/2024, 01632/2024, 01610/2024); uma moção de pesar (Prot. nº 01609/2024). De autoria do deputado Coronel David: uma indicação (Prot. nº 01615/2024); uma moção de congratulação (Prot. nº 01614/2024). De autoria do deputado Jamilson Name: uma indicação (Prot. nº 01626/2024); uma moção de congratulação (Prot. nº 01629/2024). De autoria do deputado João Henrique: dois requerimentos (Prot. nºs 01620/2024, 01633/2024). De autoria do deputado Caravina: um requerimento (Prot. nº 01648/2024); uma moção de congratulação (Prot. nº 01647/2024). De autoria do deputado Lucas de Lima: nove indicações (Prot. nºs 01641/2024, 01640/2024, 01653/2024, 01639/2024, 01637/2024, 01651/2024, 01650/2024, 01652/2024, 01649/2024); um projeto de lei (Prot. nº 01638/2024). De autoria do deputado Paulo Corrêa: três indicações (Prot. nºs 01623/2024, 01622/2024, 01621/2024). De autoria do deputado Pedrossian Neto: uma indicação (Prot. nº 01611/2024). De autoria do deputado Paulo Duarte: uma indicação (Prot. nº 01628/2024); um requerimento (Prot. nº 01627/2024). De autoria do deputado Roberto Hashioka: uma moção de congratulação (Prot. nº 01631/2024). De autoria do deputado Zé Teixeira: uma indicação (Prot. nº 01625/2024). De autoria do deputado do Zeca do PT: quatro indicações (Prot. nºs 01645/2024, 01616/2024, 01644/2024, 01643/2024).). Gostaria de fazer um registro. Ontem, deputado Zeca, eu estava representado Vossa Excelência e esta Casa no município de Dois Irmãos do Buriti, onde o estado lançou, na aldeia Água Azul, uma escola de três milhões de reais de investimento, escola moderna, bonita, com ar-condicionado, com lousa digital e também com uma quadra de esportes. Ao mesmo tempo, aqui na Casa, nós fizemos a entrega dos donativos arrecadados na campanha "Abraço que Aquece", com a presença da deputada Mara, do deputado Paulo Corrêa e do deputado Roberto Hashioka (agradeço a todos os deputados). Aliás é de registrar que o deputado Hashioka, com seu gabinete, foi o deputado campeão na arrecadação de doações de agasalhos e de cobertores: 845! Parabéns, deputado Hashioka, pelo trabalho do seu gabinete: o campeão de doações para a campanha. No todo foram mais de 1.400 peças, vários agasalhos entregues, lembrando que a campanha se encerra no dia 27 de maio. Obrigado a todos os servidores da Casa. Mais uma vez a Assembleia Legislativa dando a sua contribuição, numa campanha muito bonita conduzida pela SAD e pela primeira-dama Mônica Riedel. Passemos ao **GRANDE EXPEDIENTE**. Pelo livro de inscrição, tem a palavra o deputado Paulo Corrêa.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — sem revisão do orador — Senhor presidente, nobres amigos, senhores deputados, senhoras deputadas. Eu pedi para lhes contar um pouquinho como foi o MS Day lá em Nova York. O senhor me designou, presidente, para representar esta Casa de Leis nesse evento, o que muito me orgulha, e aproveito para dizer a todos os senhores deputados: muito obrigado por terem

aprovado a minha designação! E queria dizer que fiquei muito bem impressionado com o nível das agendas lá — depois vou franquear à assessoria todas as agendas. Acho até que posso fazer um resumo, senhor presidente, se me permite... Deputado Zeca do PT, eu já tinha tido a honra de participar, com Vossa Excelência, de uma missão oficial no exterior; Vossa Excelência me convidou e eu fiquei muito honrado (na época acho que era o Jerson [Domingos] o presidente). Pois desta vez fui designado pelo presidente Gerson Claro para representar a nossa Casa nessa missão oficial, e fui o único deputado estadual a participar do evento. Quero dizer do sucesso que foi o evento, falando em nível global. Eu nunca tinha visto uma coisa tão substancial, deputado Zeca do PT, deputado Londres Machado, nosso presidente. Foi efetivamente uma coisa substancial para o nosso estado. Nosso estado é vencedor! Lá fora o conceito "A" do nosso estado é respeitado pelos bancos, pelas instituições financeiras todas que participaram... Quero dizer do nível de organização, deputado Londres, evento muito bem organizado pela Lide [Grupo de Líderes Empresariais], do João Doria, pela Fiems, do Sérgio Longen, e pelo governo do estado, pelo governador Riedel. Senti-me honrado de participar, Zeca, ainda mais porque a gente vê como o nosso estado mudou desde a época em que fui com você (se me permite esse tratamento, governador) lá fora. Mudam completamente de figura as oportunidades de negócio, a partir do momento que temos um estado bem administrado. E eu quero dizer que isto é uma construção: começou lá atrás com os oito anos do Reinaldo Azambuja e agora continua com o Eduardo Riedel... Quero dizer, deputada Lia, que fiquei muito bem impressionado! Várias e várias empresas interessadas em fazer parcerias público-privadas com Mato Grosso do Sul, uma das quais, deputado Caravina, fazendo questão de participar de uma PPP conosco nos hospitais. Acho que é o futuro que se descortina; nós temos de pensar muito sobre isso; temos um hospital grandão para tocar lá em Dourados; temos um hospital que o Zeca do PT inaugurou — eu era deputado aqui nesta Casa com o Londres, entre outras figuras aqui — lá em Coxim, Junior Mochi. Pois hoje temos aí empresas interessadas em fazer parcerias para tocar esses grandes hospitais: acho que isso é uma coisa fantástica. Segunda coisa. Ninguém faria negócio conosco se o nosso estado não tivesse essa bela nota, encorajando empresários a pensar assim: "Se eu fizer a parceria e botar o meu dinheiro na frente, eu vou receber". Vão receber ou em forma de pedágio, ou em forma de uma parceria público-privada para tocar os hospitais. Causou-me espécie também a grande vontade manifestada por quatro empresas de grande porte de fazer parceria na BR-262 — grande notícia para a nossa BR-262 —, de Três Lagoas a Campo Grande, com possibilidade de construção de terceira faixa, com possibilidade de duplicação em vários trechos... E cobrando, claro pedágio, que não existe almoço grátis; não há como duplicar uma rodovia sem dinheiro do governo federal ou do governo estadual sem fazer a concessão. Então acho que parceria público-privada é o grande lema, e o estado, com o bom conceito que tem, está levando isso em frente. "O melhor ambiente de negócios do Brasil", estes foram os termos usados por um representante de uma agência bancária de um dos maiores bancos do mundo, deputada Mara Caseiro, o JPMorgan, que detém 43% de todo o sistema bancário mundial, ao se referir ao nosso estado e ao externar sua vontade de fazer parceria conosco nesse sentido. Então, eu quero elogiar simplesmente, não vou entrar em detalhes, até porque o governador me

ligou agora, falou com o presidente da Assembleia, falou com o líder do governo, deputado Londres, e confirmou que vai estar aqui amanhã para fazer um relatório na sala de reuniões da presidência... Às oito e meia, é isso, presidente?

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — A convocação é para que às 08h15 os deputados já estejam na sala de reuniões, que o governador fará a apresentação oficial da visita ao MS Day, relatando todos os detalhes da viagem aos Estados Unidos. Amanhã, portanto, às oito e quinze, na sala de reuniões da presidência.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Eu queria até pedir para a nossa presidente da CCJR (sei que coincide com o horário) que adiássemos a nossa reunião na comissão, porque é muito importante esse relato. Acho que foi a maior oportunidade de parceria possível. O governador, claro, vai falar sobre isso, mas já adianto que temos aí a possibilidade de fazer parcerias no valor de 30 bilhões de reais, deputada Mara Caseiro. Não é brincadeira isso! Trinta bilhões de reais, estamos falando aí do equivalente a três Suzanos, três vezes o investimento que a Suzano fez! É isto o que foi cavado em termos de possibilidade de parceria-público privada aqui para o nosso estado. É muito dinheiro. É vantagem para o nosso estado. É geração de emprego e renda... Mas o governador fala os detalhes amanhã. Só gostaria de uma vez mais deixar registrado, senhor presidente, que fiquei muito honrado de participar dessa missão. A nossa Assembleia, respeitando aí os Poderes constituídos, esteve presente, participando ativamente das reuniões com o governador Eduardo Riedel. Fomos a convite do governador, e fui designado aqui pelo presidente da Casa. Muito obrigado, senhores deputados.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Permite um aparte?

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Concedo um aparte à nobre deputada Mara Caseiro.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Claro que de extrema importância a vinda do governador aqui para colocar tudo que foi vivido nesses dias lá em Nova York. Então eu vou pedir aos membros da CCJR que adiantemos a nossa reunião para as sete horas. Somente isso, deputado. Obrigada.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Perfeitamente, senhora presidente. Acho que é pertinente a antecipação, que o relato do governador é de suma importância para que possamos tomar conhecimento dos negócios do nosso estado, de tudo quanto tratado nessa missão. Que eu acho que tem de ser repetida. Principalmente com a nossa maior parceira comercial, a China. Nós propusemos ao governador também que se pense numa missão à China, já que estamos falando aí de um parceiro comercial que responde por 48% de todos os negócios do estado e, claro, tendo em vista o advento da Rota Bioceânica e as oportunidades que para nós se abrem com a ligação com o Pacífico. Acho então que uma missão comercial na China seria muito pertinente... Mas isso fica como sugestão, vamos esperar as colocações do governador amanhã. Senhor presidente, muito obrigado pela designação, fico honrado de

representar a nossa Casa, os deputados e as deputadas, nessa grande reunião em Nova York. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Eu queria só registrar: entabulamos esse horário com o governador porque se impunha a vinda dele com urgência. Então, amanhã, às sete horas é a reunião da CCJR. Eu sei que a presidente Mara Caseiro acorda de madrugada, não terá problemas em fazer a sessão às sete horas da manhã... Ainda no Grande Expediente, com a palavra, o deputado Antonio Vaz. Transferida. Deputado Caravina. Transferida. Deputado Paulo Duarte... Por inversão, com a palavra o nobre deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — sem revisão do orador — Senhor presidente, senhores deputados, eu preciso ocupar a tribuna nesta sessão para dizer justamente que, diante de uma tragédia como esta que está acontecendo agora no Rio Grande do Sul, não podem existir diferenças políticas, ideológicas, partidárias, não devem existir, inclusive discursos religiosos tentando buscar uma justificativa para um desastre da natureza que foi provocado pela não ação do homem no sentido de prevenir situações como essa em decorrência das mudanças climáticas. Ontem, por exemplo, ouvi um padre católico, num discurso, dizendo que o Rio Grande do Sul precisa deixar as bruxarias de lado... É um absurdo falar esse tipo de coisa! Outro absurdo é esse referido pela deputada Lia, de vereador cometendo homofobia contra o governador do gaúcho. Essas situações não contribuem com absolutamente nada para aliviar o desespero das famílias, principalmente daquelas mais pobres, que são as mais atingidas pelas enchentes. Esse tipo de comportamento não contribui em absolutamente nada para aliviar o sofrimento daquele povo. O número de desabrigados é assustador! O número de famílias que perderam suas casas, que perderam tudo é realmente desesperador. Na semana passada, foi divulgada a quantidade de *fake news* que estavam sendo espalhadas nas redes sociais, contas sendo divulgadas para as pessoas depositarem uma ajuda financeira, fazerem um pix, quando na verdade se tratava de malandros se aproveitando da situação para encher o bolso de dinheiro, tirando vantagem em cima da dor e do sofrimento das pessoas no Rio Grande do Sul. Algumas dessas contas foram identificadas, foram bloqueadas, e várias *fake news* foram retiradas das redes sociais, como por exemplo, algumas que diziam que o governo federal estava bloqueando a passagem, não deixando passar carretas de medicamentos, de ajuda com roupas e alimentos para o povo desabrigado. Eu acho que essas questões precisam ser discutidas para que a sociedade possa reagir com firmeza, denunciando e punindo com rigor quem, ainda mais num momento como este que o Brasil atravessa, se aproveita para divulgar mentiras ou para se beneficiar financeiramente, como se estivesse arrecadando para ajudar os desabrigados, mas na verdade direcionando o dinheiro para sua conta pessoal. Aqui lembro que apresentei nesta Casa, ano passado, um projeto de lei de combate às *fake news*, e o projeto está até agora aí congelado; foi aprovado em primeira discussão numa votação apertada, mas depois não andou mais. Porque as pessoas têm receio de apoiar um projeto como esse e sofrer críticas daqueles que vivem de *fake news*, alegam que um projeto como esse cerceia a liberdade de expressão, como se o direito à liberdade de expressão fosse guarida para proteger quem vive de

espalhar mentiras nas redes sociais. Eu lamento que esta Casa não tenha ainda aprovado o meu projeto em segunda votação, porque seria um instrumento a mais à nossa disposição para combater essa prática nefasta da divulgação de mentiras nas redes sociais. Essas pessoas precisam ser responsabilizadas! Na época da pandemia havia gente divulgando mentira sobre vacina, e uma quantidade enorme de pessoas deixou de se vacinar por conta dessas mentiras. Hoje pais, mães deixam de vacinar seus filhos porque ainda têm medo da vacina, acham que a vacina pode causar um mal. Na verdade quem causa mal é quem espalha mentiras sobre a vacina! Agora temos aí uma rede de *fake news* funcionando justamente para desgastar o governo federal, desgastar o governo do estado do Rio Grande do Sul, com informações totalmente mentirosas. Mas eu quero aqui, senhor presidente, em torno dessa tragédia, enaltecer em primeiro lugar a solidariedade do povo brasileiro, incluindo aqui a solidariedade do povo do Mato Grosso do Sul. É alguma coisa que nos enche de esperança, é uma coisa que ainda nos dá a certeza que é preciso acreditar sempre na humanidade, na solidariedade, na fraternidade. Num momento com este, em que se vê famílias perdendo tudo e tendo de recomeçar suas vidas, você vê a população se mobilizando, arrecadando alimentos, arrecadando água, roupa, fazendo de tudo para que esses materiais todo chegue aos irmãos do Rio Grande do Sul. É esta solidariedade que nós precisamos reforçar. Nós acabamos de sair de um período aqui no Brasil em que se reforçava o ódio, a divisão, a intolerância, a polarização da sociedade! Agora estamos vivendo uma situação em que as pessoas se unem para ajudar, para prestar auxílio a quem precisa. É esse tipo de sentimento que deve unir o Brasil, que deve ser elogiado. É esse sentimento, deputada Lia, que precisa estar acima de todas as nossas diferenças! Porque é isso que nos torna humanos, quando a gente se sensibiliza com a dor do outro, estende a mão para o outro, como o Brasil todo está fazendo para o povo do Rio Grande do Sul, que vive essa tragédia. Então, em primeiro lugar, eu quero elogiar essa rede que se formou no Brasil de ajuda ao povo do Rio Grande do Sul; aqui em Campo Grande existem vários pontos de coleta de materiais, de remédios, de calçados, de água. Semana passada passei em frente ao CTG aqui em Campo Grande, fiquei impressionado com a quantidade de materiais, as pessoas descendo do carro e entregando sua contribuição; e várias carretas, de várias empresas, sendo ali colocadas à disposição para transportar esse material para o Rio Grande do Sul. Então, nós precisamos nos reconhecer como irmãos brasileiros, uns dos outros, acima das nossas diferenças, precisamos demonstrar que é nessa hora que a gente é patriota. É nessa hora! Não é naquela hora em que você veste uma camisa verde-amarela, não. É agora! Agora que é preciso ajudar, quem não tem nem camisa para vestir, quem não tem comida para comer, quem não tem água para beber. É este patriotismo que temos de reforçar. Eu concedo um aparte a Vossa Excelência.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Obrigada pela concessão do aparte, deputado; até iria falar no Grande Expediente, mas acho que nem será mais necessário, o senhor já colocou alguns pontos que eu ia também aqui debater. O que eu gostaria de acrescentar é que além da questão das *fake news*, do estrago que isto causa, a gente tem de falar também da impunidade, impunidade que infelizmente ainda impera no país. São discursos de ódio, são crimes de homofobia... Semana passada

tivemos o Dia Internacional de Combate à Homofobia, e eu fui buscar alguns dados que chamam atenção. A gente não tem nada que falar que é patriota, que é de direita, de esquerda, nesse caso não existe bandeira partidária. Não é possível que alguém que se diga cristão, por exemplo, apedreje outra pessoa por ela não ser hétero, por ela ser homossexual. Fui em busca de dados que chamam muito atenção: a cada 34 horas, uma pessoa que não é hétero é assassinada no Brasil. Essa tragédia, deputado Marcio Fernandes, trouxe à tona os dois lados dos seres humanos, os dois lados dos brasileiros: o brasileiro que é solidário, aquele que tem compaixão, e o brasileiro que fomenta o ódio, o preconceito, o racismo. Quando um vereador declara que o governador do Rio Grande do Sul, que se assume como homossexual, está mais preocupado com o seu "primeiro-damo" que com a população que sofre — temos um crime aí. Aliás, a meu ver nessa fala nós temos três crimes: homofobia, calúnia e difamação. E como que nós vamos atacar esse tipo de prática, presidente? Quando o Brasil realmente fizer valer as penalidades! Porque enquanto essas pessoas se sentirem impunes, enquanto tudo o que elas falam acabar não dando em nada, o Brasil vai continuar sendo conhecido como o país da impunidade. É, isso não vai dar em nada mesmo, a internet é terra de ninguém... E quando você ouve isso de um representante do cidadão, de um parlamentar, isso de alguma forma fomenta um discursos que depois vai ser replicado — e isso é o mais grave. Ainda falando da questão do Rio Grande do Sul, do pior lado do ser humano que mostrou essa tragédia, acabei de receber a notícia de que o Ministério Público Federal recebeu uma denúncia contra um padre, aqui de Mato Grosso do Sul, de Nova Andradina, segundo a qual esse sacerdote, ignorando fatores ambientais, relacionou as enchentes que assolam o Rio Grande do Sul à bruxaria, ao satanismo e também ao ateísmo que, segundo ele, grassaria entre os gaúchos. Então o que eu vejo é que, enquanto o país não fizer valer penas severas (porque os crimes já têm penalidades previstas), enquanto isso não for tratado de forma séria, enquanto quem ataca homossexual, enquanto quem relaciona uma tragédia como essa, cometendo um crime, a questões religiosas, — enquanto essas pessoas não forem penalizadas, infelizmente nós ainda vamos nos deparar com essa situação desumana e inaceitável. Obrigada e parabéns pelas palavras.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Obrigado. Incorporo o aparte de Vossa Excelência ao meu pronunciamento. Também vi a fala desse padre de Nova Andradina. É revoltante uma fala dessas! Uma pessoa passa tantos anos na faculdade, no seminário, depois se ordena padre e sai falando besteira num momento de tragédia como esse. Esse padre não fala que as tragédias estão acontecendo por causa do desmatamento ilegal, das queimadas, do assoreamento dos rios, da poluição do meio ambiente. Essas tragédias vão continuar acontecendo, infelizmente, e serão cada vez piores! Falar em satanismo é muito fácil, atribuir ao sobrenatural, sendo que o problema está aqui na Terra, e tem de ser resolvido pelos homens. Aquilo que foi provocado, causado pela ação humana precisa ser resolvido agora. Eu vejo tanto fundamentalismo, tanta interpretação errônea, inclusive da Bíblia, dos ensinamentos bíblicos, para condenar as pessoas. O que a gente lê nos Evangelhos é só misericórdia, compaixão, amor, perdão, é isso que a gente lê lá. E as pessoas ficam querendo condenar o outro que é gay, condenar não-sei-quem porque é da esquerda. É tanta ignorância hoje, e a

ignorância mata, e a ignorância prejudica a vida das pessoas. É revoltante isso... Pois não, deputada Gleice.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Eu também gostaria de complementar sua fala, deputado, e claro concordando com tudo que diz Vossa Excelência. Acho que nos últimos anos temos vivido uma politização das religiões, e creio que também uma interferência destas no espaço público, no poder público, e nós precisamos refletir sobre isso, afinal já tivemos experiências passadas quando estado e igreja trabalhavam juntos, e isso não foi benéfico para a população, haja vista o período da Inquisição e as tantas guerras travadas em nome de Deus, quando pessoas eram assassinadas de forma brutal. Religião é algo que temos de preservar. Sim, é, mas defender que esse discurso não tem de estar dentro do espaço público é também sinônimo de preservação das religiões. Porque nos últimos anos o que temos visto é o discurso religioso sendo utilizado para o debate político, sendo utilizado para condenar as pessoas que pensam diferente, para lhes impor uma forma de vida, de regra social. É isto que estamos vendo acerca do que está acontecendo no Rio Grande do Sul. Essas acusações de bruxaria acontecem muito contra os terreiros, mas também para desacreditar as religiões indígenas. Vemos também esse caso envolvendo a Câmara de Vereadores de Dourados (meu município), onde um vereador se pronuncia sobre o caso do Rio Grande do Sul de maneira extremamente homofóbica. Não é a primeira vez que esse vereador se manifesta de maneira extremamente homofóbica na Câmara Municipal; em outro momento ele chegou a dizer que todos os homossexuais deveriam ir para uma ilha e ficar lá cinquenta anos. Além de homofóbico, esse discurso carece de inteligência, de racionalidade, até porque os homossexuais são concebidos por um homem e uma mulher; homens e mulheres são pais de pessoas homossexuais, e isso independe de se foram ou não presentes. Não existe nenhuma razoabilidade nessas provocações, nesse tipo de cruzada contra os homossexuais. Confesso que até tenho dificuldade de compreender, nessa pauta em especial, por que a sexualidade alheia incomoda tanto a certos políticos.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Freud explica.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — É! Acho que Freud traz algumas explicações, e a gente até poderia uma hora fazer esse debate... Mas o que a gente precisa é humanizar as relações, é humanizar a política. Porque esse discurso preconceituoso é o que leva à morte de pessoas trans. Em 2023, foram 145 pessoas trans assassinadas (94% de mulheres) e 57 mortas com requintes de crueldade. Então estamos falando aqui de falta da humanização das relações, e isso se resolve com políticas públicas que garantam o direito à liberdade de expressão, à liberdade de as pessoas serem o que são, serem felizes da forma que elas são, sem qualquer preconceito, sem imposições do estado, sem uma Câmara Municipal, sem uma Assembleia Legislativa questionando o direito de as pessoas viverem como melhor lhes aprouver. Nós temos que promover é a liberdade das pessoas, é o respeito, é o direito de as pessoas serem o que são, serem felizes. É isso que temos de discutir e garantir políticas públicas para isso. Obrigada, deputado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Para concluir, nobre deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Um minuto, senhor presidente... Além de elogiar a solidariedade do povo brasileiro neste momento difícil, que é algo que nos enche de esperança, eu quero aqui falar também, para terminar, das ações do governo Lula. O governo Lula totalmente presente, ao lado do povo gaúcho desde o primeiro momento! O presidente já esteve lá várias vezes; na última vez foi para abraçar e chorar junto com as famílias e dizer: o governo está aqui com vocês! O governo vai ajudar vocês a reconstruir suas vidas. O governo Lula anunciou casas para todas as famílias que perderam suas casas na enchente. O presidente foi lá pessoalmente para dizer: todos vocês vão ter sua casinha de volta. Também anunciou um auxílio de R\$ 5.100,00 para cada família atingida comprar a sua geladeira, seu fogãozinho, sua cama, que perderam tudo... Então, cinco mil e cem reais para cada família já sendo depositados esta semana. Além disso, o governo já liberou 2,7 bilhões em ajuda emergencial e adiantou 51 bilhões de reais para obras de infraestrutura, para liberar estradas, para conter as enchentes. A Caixa Econômica Federal já suspendeu os consignados, e o Banco do Brics, cuja presidente é a nossa ex-presidenta Dilma, já liberou seis bilhões de reais para o Rio Grande do Sul. Então, senhor presidente, elogiável também a atitude do governo federal. O presidente Lula presente! Ajudando com medidas concretas, para auxiliar as famílias. Vai construir casas, vai reconstruir cidades. Vai atender às necessidades dos comerciantes, dos industriais também, que também tiveram prejuízo na produção. E vai atender principalmente o pobre, que está sendo o mais atingido por essa calamidade. Muito obrigado.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Não cabe mais um aparte aí?

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Não cabe.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Está esgotado o tempo. Eu só queria registrar, deputado, para complementar sua fala, que na semana passada nós fizemos um elogio não só ao governo federal, mas a todo o sistema nacional de assistência social; aos servidores lá daquele longínquo município que trabalham na assistência social, que trabalham no postinho de saúde, que trabalham na Defesa Civil; aos policiais militares, aos guardas militares, aos guardas municipais, estaduais; a todos que trabalham nas prefeituras, pessoal de igreja, pessoal de organização não governamental — a todos que de uma forma ou de outra contribuíram. Não é momento de cizânia, é momento de valorizar o sentimento de humanidade, é momento de trabalharmos todos para diminuir a angústia do povo gaúcho.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Pela ordem, presidente

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Pela ordem, o deputado Roberto Hashioka.



DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Presidente, eu gostaria de dar as boas-vindas às vereadoras Gabriela, Cida e Maria Lobo e ao vereador Arion, de Nova Andradina; e ao diretor na unidade da UEMS naquele município.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Está registrado: Arion Aislan de Souza, vereador do município de Nova Andradina; Gabriela Delgado, vereadora do município de Nova Andradina; Sôner Arfux de Figueiredo, gerente da UEMS de Nova Andradina; Maria Lobo, vereadora do município de Nova Andradina; Maria Aparecida dos Santos Correa, a Cida, vereadora também do município de Nova Andradina; Marcelo Peixoto Ribeiro, vereador do município de Tacuru; João Miguel Fernandes, vereador do município de Tacuru; Juscelino Cabral, o Juscelino do Detran, vereador do município de Dourados; e o senhor Fábio Luís, também vereador do município de Dourados. Obrigado pela presença. Está encerrado o Grande Expediente. Passemos à **ORDEM DO DIA**. Consulto o segundo-secretário sobre se há quórum para deliberação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — São vinte e três deputados presentes. Há quórum para deliberação.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Comunico que o deputado Renato Câmara nos representa em Maracaju hoje, na abertura da Show TEC. Portanto é o único deputado que não está presente na Sessão, mas representa esta Casa. Item 1. Em discussão única e votação nominal. Projeto de Lei nº 090/2024. Autor: deputado Londres Machado. "Denomina Fernando Martins Mendes o Anel Viário que liga a MS-040 à MS-338 no município de Santa Rita do Pardo." A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Antonio Vaz. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 90/2024, de autoria do deputado Londres Machado (PP).

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Marcio Fernandes (MDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.



DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Solicito ao segundo-secretário o resultado da votação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — São vinte e um votos favoráveis e nenhum contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado a denominação deste belo anel viário, no município de Santa Rita do Pardo. Vai ao Expediente. Item 2. Em segunda discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 296/2023. Autor: deputado Antonio Vaz. "Inclui no Calendário Oficial de Eventos do Estado de Mato Grosso do Sul a 'Marcha Pela Vida'." A Comissão de Educação, Cultura e Desporto emitiu parecer favorável, por maioria, à Emenda Substitutiva Integral nº 01, tendo como relator o deputado Caravina. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 296/2023, de autoria do deputado Antonio Vaz.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Marcio Fernandes (MDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Não.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Solicito ao segundo-secretário o resultado da votação.

SEGUNDO SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são vinte votos favoráveis e um voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai ao Expediente. Item 3. Em segunda discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 93/2024. Autor: Poder Executivo. "Institui o Programa de Recuperação de Créditos, Facilitação em Renegociações de Dívidas e Regularização da Titularidade dos Contratos Habitacionais Novo Morar Legal, no âmbito do Poder Executivo estadual, e dá outras providências." A Comissão de Serviços Públicos, Obras, Transporte, infraestrutura e Administração emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como

relator o deputado Coronel David. A Comissão de Finanças e Orçamento emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Roberto Hashioka. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 93/2024, de autoria do Poder Executivo.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Marcio Fernandes (MDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.



PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Solicito ao segundo-secretário o resultado da votação.

SENHOR SEGUNDO SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são vinte votos favoráveis e nenhum contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai ao Expediente. Item 4. Em segunda discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 98/2024. Autor: Poder Executivo. "Dispõe sobre a revisão geral anual do vencimento-base ou do subsídio e dos eventos constantes do anexo desta lei, que compõem a remuneração dos servidores e dos empregados públicos do estado de Mato Grosso do Sul." Mais uma vez assinalo que esse projeto envolve não só o Poder Executivo, mas a todos os Poderes: é o RGA, Revisão Geral Anual... A Comissão de Serviços Público, Obras, Transporte, Infraestrutura e Administração emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Marcio Fernandes. A Comissão de Finanças e Orçamento emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Pedrossian Neto. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 098/2024, de autoria do Poder Executivo.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-Secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-Secretário — deputado Renato Câmara (MDB).

DEPUTADO ANTÔNIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Solicito ao segundo-secretário o resultado da votação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — São vinte e um votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado o projeto de revisão geral. Vai ao Expediente. Item 5. Em discussão única e votação simbólica: 01 requerimento, 24 indicações e 02 moções de congratulação. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os deputados que OS aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovados. Vão ao Expediente. Não há moções de pesar. Está encerrada a Ordem do Dia. Passemos às **EXPLICAÇÕES PESSOAIS**. Com a palavra, o deputado Pedro Kemp. Transferida. Deputado Paulo Duarte. Transferida. Deputada Gleice Jane. Transferida. Deputado Caravina. Transferida. Reforço então: amanhã teremos a reunião "CCJR da madrugada", às sete da manhã; e às 08h15, reunião com a presença do governador, na sala de reuniões da presidência. Não havendo mais oradores inscritos, nem nada mais a tratar, declaro encerrada a presente Sessão (11h14min).